



**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

CONTRATO Nº 31 /2016

**Publicado no DOU**

Dia 16 / 12 / 2016

Página: 41

Seção: 3

Contrato que entre si celebram o  
**MINISTÉRIO DO TRABALHO** e a empresa  
**MARCA SUL MUDANÇAS E**  
**TRANSPORTES LTDA - EPP**, para prestação  
de serviços de transporte rodoviário, local e  
interestadual.

**CONTRATANTE:**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**, com sede no Bloco "F", da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, CEP 70056-900, CNPJ n.º 23.612.685/0006-37, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, **CRISTIANO DE ARAÚJO SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 251.101.648-60, portador da Cédula de Identidade n.º 0764054007, expedida pela SSP/BA, residente e domiciliado em Brasília/DF, consoante competência que lhe foi delegada pela Portaria SE/ n.º 236, de 29 de maio de 2015, publicada no D.O.U de 01/06/2015, subsequente.

**CONTRATADA:**

**MARCA SUL MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA-ME**, CNPJ n.º 03.126.110/0001-92, com sede na SCIA Quadra 08, Conjunto 08, Lote 13, Guará, CEP 71.250-710, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu Sócio **LINDOMAR SELAU CARLOS**, brasileiro, Identidade n.º 1057810069 SSP/RS, CPF n.º 565.183.820-15, domiciliado em Brasília/DF.

**RESOLVEM**, na forma da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n.º 3.693, de 20 de dezembro de 2000, Decreto n.º 3.722, de 09 de janeiro de 2001, Decreto n.º 3.784, de 06 de abril de 2001, e Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamentam a modalidade do Pregão Eletrônico; e Instrução Normativa n.º 02/2008/SLTI/MP de 30 de abril de 2008, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007; e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993,



subsidiariamente e alterações subsequentes, celebrar este Contrato, mediante os termos e condições estabelecidos nas seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto prestação de serviços de transporte rodoviário, local e interestadual, com unidade de medida m<sup>3</sup>/km, de cargas, mobiliário em geral, bagagens e bens pessoais de servidores, bem como bens de propriedade ou de interesse do Ministério do Trabalho.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se a este Contrato o Edital de Pregão nº 23/2016, com seus anexos, Proposta da **CONTRATADA**, datada de 27/10/2016, e demais elementos constantes do Processo nº 46175.000066/2016-74.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O serviço contratado será realizado por execução indireta por menor preço global.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega contar-se-á em **dias corridos**, a partir da data para a qual for solicitada a coleta formalmente indicada pelo **CONTRATANTE**, e obedecerá a tabela abaixo:

Item	Distância (Km)	Prazo de entrega
01	00 a 300	02 dias
02	301 a 600	03 dias
03	601 a 1200	05 dias
04	1.201 a 1.800	06 dias
05	1.801 a 2.400	07 dias
06	2.400 a 3.200	09 dias
07	Acima de 3.200	15 dias

**Parágrafo primeiro.** Quando os bens ou materiais transportados se destinarem à realização de eventos do Ministério do Trabalho, esses não poderão sofrer atrasos, sob pena de responsabilizar-se por perdas e danos, além das demais penalidades cabíveis;

**Parágrafo segundo.** No caso do subitem supra, a **CONTRATADA** deverá ser formalmente comunicada sobre o caráter urgente do referido transporte, observado o tempo hábil para a



entrega, conforme o prazo disposto neste parágrafo, e a data limite indicada para o recebimento da carga em seu destino;

**Parágrafo terceiro.** Em se tratando de localidade longínqua, de difícil acesso ou havendo motivo que impossibilite o cumprimento do transporte no tempo determinado, a **CONTRATADA** deverá comunicar, por escrito, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes daquele estabelecido para a entrega da carga, devendo o novo prazo ser convencionado entre as partes, sem penalidade para a **CONTRATADA**.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados em caminhões tipo baú, nos prazos estabelecidos na Cláusula Quarta deste Contrato, contados a partir da data de retirada dos bens a serem transportados pela **CONTRATADA**;

**Parágrafo primeiro.** A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, por intermédio de servidor especialmente designado, fornecerá à **CONTRATADA** todas as informações essenciais, tais como: tipo de material a ser transportado; endereço de origem e destino e quaisquer outras que se fizerem necessárias à perfeita execução dos serviços;

**Parágrafo segundo.** O transporte deverá ser efetuado no sistema direto e exclusivo (porta a porta), com acompanhamento de, no mínimo, 02 (dois) funcionários da **CONTRATADA**;

**Parágrafo terceiro.** Havendo motivos que impossibilitem o cumprimento do transporte no tempo determinado, a **CONTRATADA** deverá comunicar, por escrito, ao fiscal do contrato, com as devidas justificativas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência do fato impeditivo;

**Parágrafo quarto.** Todos os materiais a serem transportados deverão ser adequadamente embalados na origem e desembalados no destino na presença do interessado e dos fiscais da **CONTRATADA**, podendo ser dispensada desta obrigação no destino, quando devidamente autorizado pelo servidor;


**Parágrafo quinto.** A taxa de seguro deverá ser estabelecida no valor correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor declarado dos bens a serem transportados.

**Parágrafo sexto.** Quaisquer despesas extraordinárias, que venham a incidir sobre os serviços, no decorrer da vigência do Contrato, só serão realizadas se previamente aprovadas pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo sétimo.** A **CONTRATADA** prestará os serviços mediante demanda apresentada pelo Ministério do Trabalho.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A aceitação dos serviços será feita pelo servidor interessado e/ou o fiscal do contrato, mediante verificação da conformidade da prestação dos serviços, por meio da conferência do conhecimento de transporte no local do destino.





**Parágrafo único.** O Conhecimento de Transporte deverá ser apresentado juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, para fins de atesto e posterior pagamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **I – São obrigações do CONTRATANTE:**

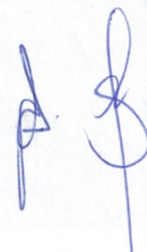
1. Colocar à disposição da **CONTRATADA** os elementos e informações necessárias à execução dos serviços;
2. Supervisionar a execução dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
3. Aprovar as etapas de prestação dos serviços, desde o planejamento até a sua efetiva concretização;
4. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à **CONTRATADA**;
5. Atestar a execução dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato;
6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
7. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
8. Efetuar o pagamento no prazo e condições previstas no Termo de Referência e no Contrato;
9. Requisitar a execução dos serviços, mediante solicitação escrita dirigida à **CONTRATADA**, contendo todas as informações necessárias, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL;
10. Permitir, aos funcionários credenciados pela **CONTRATADA**, livre acesso aos materiais, mobiliário e bagagens, de modo a viabilizar a prestação dos serviços;
11. Comunicar à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades na execução dos serviços para adoção das providências cabíveis;
12. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os serviços dentro das normas da licitação e do respectivo contrato;
13. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA** que dificulte a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente e incompatível com o exercício das funções que lhes foram atribuídas;



14. Fornecer à **CONTRATADA**, com base em preço de aquisição ou de mercado, declaração de valor da carga a ser transportada para fins de seguro para cobertura da carga.

## II – São obrigações da **CONTRATADA**:

1. Prestar os serviços descritos em sua proposta, em conformidade com as especificações e nas condições previstas no Edital e neste Contrato;
2. Apresentar as Notas Fiscais à Divisão de Administração, Orçamentária e Financeira/DAOF/CFIM/CGRL até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da execução dos serviços;
3. Discutir previamente com o **CONTRATANTE** a sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como qualquer alteração que se torne necessária;
4. Comunicar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos solicitados;
5. Arcar com o ônus decorrente de eventuais danos causados, direta ou indiretamente, ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, em função da execução deste Contrato;
6. Manter durante a execução deste Contrato as condições exigidas para a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
7. Manter disciplina nos locais da prestação dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado de sua notificação, qualquer funcionário ou preposto, cuja conduta seja considerada inconveniente pelo **CONTRATANTE**;
8. Reparar, corrigir, reconstituir ou indenizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de notificação, os danos causados aos bens transportados. Quando se tratar de mudança de servidores, a indenização deverá ser paga diretamente ao servidor; no caso de bens pertencentes ao **CONTRATANTE**, o ressarcimento deverá ser feito diretamente ao Ministério do Trabalho por meio de depósito em conta corrente própria a ser fornecida pelo Fiscal do Contrato, ou por meio da substituição do bem danificado por outro igual. Em ambos os casos, esta providência deverá ser ratificada, por escrito, pelo servidor lesado ou pelo Fiscal do Contrato;
9. Indicar um preposto para acompanhar a execução do contrato e responder perante o **CONTRATANTE**;
10. Observar obrigatoriamente a Portaria SE-MTE 1047, de 16/07/2013, a qual aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC do Ministério do Trabalho e normas dela derivadas, bem como divulgá-las aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividade no MTE, e assinar termo de confidencialidade descrito no Anexo I.
11. Obter todo tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para a perfeita execução do transporte;





12. Manter um Diário de Ocorrências no percurso autorizado relativo aos serviços de transporte, que servirá de balizamento para soluções de quaisquer problemas eventualmente ocorridos por ocasião do transporte;
13. Responsabilizar-se por todas as despesas, tais como: impostos, taxas, seguros, embalagens, mão-de-obra, licenças, alvarás e todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outras formas devidas relativas e indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Contrato;
14. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha a causar durante a execução dos serviços aos locais de origem e destino (vidros, pisos, revestimentos, paredes, aparelhos, veículo, etc.), assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura danificados em decorrência do manuseio dos bens a serem transportados, sempre observando o bom nível de acabamento dos serviços;
15. Proporcionar todos os equipamentos, ferramentas, materiais e mão-de-obra qualificada, necessários à fiel execução dos serviços contratados, responsabilizando-se ainda, pela limpeza dos locais de origem e destino, no que se refere à retirada dos detritos, de materiais e embalagens utilizados na execução dos mesmos, exceto quando dispensado pelo interessado;
16. Retirar dos locais indicados pelo Ministério do Trabalho ou pelos servidores, os bens a serem transportados, responsabilizando-se pelo desmonte, acondicionamento e embalagem adequada, bem como desembalar e efetuar a montagem do material, no ato da entrega no local de destino, quando for o caso;
17. Acatar todas as orientações do Ministério do Trabalho, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
18. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao Ministério do Trabalho, em razão de acidentes, ação ou omissão dolosa ou culposa, de prepostos da empresa ou de quem em seu nome agir;
19. Utilizar como fonte de informação, para efeito de cálculo da quilometragem, a “tabela com a distância entre as principais cidades brasileiras” do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Em caso de ausência de informação, será utilizado subsidiariamente o Guia Quatro Rodas em sua última edição;
20. Entregar, ao **CONTRATANTE**, uma via da relação dos bens a serem transportados, devidamente visados pela autoridade responsável, e no caso de mobiliário de servidor, pelo respectivo proprietário;
21. Apresentar apólices de seguro referentes ao seguro obrigatório de responsabilidade do transportador rodoviário-carga (RCTR-C0) e ao Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil Facultativa do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RFC-DC), e outros, se for o caso;

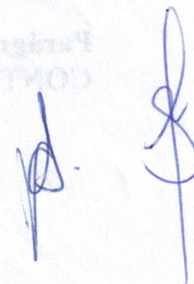


22. Efetuar a medição da bagagem do servidor na presença do mesmo ou da pessoa por ele indicada;
23. Atender ao chamado do **CONTRATANTE** no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, a partir do recebimento da solicitação;
24. Responder por danos e desaparecimento de bens patrimoniais, de acordo com o art. 70 da Lei nº. 8.666/93, e avarias que venham a ser causados por seus empregados, ou prepostos, a terceiros ou ao próprio Ministério do Trabalho, desde que fique comprovada a sua responsabilidade.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por servidores designados pelo **CONTRATANTE** nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e da Instrução Normativa n.º 02/2008/SLTI/MP, especialmente, desta última, observado o art. 31 a 34, e o que segue:

- a) Competirá ao Gestor e Fiscais do Contrato dirimirem as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;
- b) A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica co-responsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;
- c) O Gestor e Fiscais do Contrato anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis;
- d) As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, que ultrapassarem a competência dos servidores designados pelo MTb, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para adoção das medidas cabíveis;
- e) O Gestor e Fiscais deverão conferir os relatórios dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação de serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.





## CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços efetivamente prestados, o valor mensal estimado de **R\$ 6.596,50 (seis mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)**, e o valor anual de **R\$ 79.158,00 (setenta e nove mil cento e cinquenta e oito reais)**, conforme preços a seguir:

Item	Distância Km	Prazo de entrega	Total anual estimado para 2017 (m³/km)	Valor unitário (m³/km)	Valor total estimado
1	00 a 300	02 dias	24	R\$0,57	R\$4.104,00
2	301 a 600	03 dias	39	R\$0,28	R\$6.552,00
3	601 a 1.200	05 dias	60	R\$0,14	R\$10.080,00
4	1.201 a 1.800	06 dias	211	R\$0,09	R\$34.182,00
5	1.801 a 2.400	07 dias	50	R\$0,09	R\$10.800,00
6	2.400 a 3.200	09 dias	48	R\$0,05	R\$7.680,00
7	Acima de 3.200	15 dias	36	R\$0,05	R\$5.760,00
Custo total estimado (12 meses)					R\$79.158,00
Percentual de Seguro: 1%					
Valor global da proposta					R\$79.158,00

**Parágrafo Primeiro.** O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE**, mediante a apresentação das faturas correspondentes à Divisão de Administração, Orçamentária e Financeira/DAOF/CFIM/CGRL, devidamente atestados pelo representante do **CONTRATANTE**, por meio de ordem bancária no Banco, Agência, Conta Corrente, informados pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Segundo.** O **CONTRATANTE** disporá do prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento, a contar do recebimento da Nota Fiscal, desde que acompanhada da regularidade fiscal.

**Parágrafo Terceiro.** A regularidade fiscal da **CONTRATADA** será verificada junto ao SICAF e a regularidade trabalhista junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS mediante consulta efetuada por meio eletrônico, ou por meio da apresentação de documentos hábeis.

**Parágrafo Quarto.** A **CONTRATADA** deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura, caso o SICAF esteja desatualizado, o Certificado de Regularidade do FGTS, a certidão específica quanto a inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto n.º 6.106/2007.

**Parágrafo Quinto.** A cada pagamento o **CONTRATANTE** realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

**Parágrafo Sexto.** Encontrando-se a **CONTRATADA** inadimplente na data da consulta, o **CONTRATANTE** deverá providenciar advertência por escrito, no sentido de que, no prazo



de 05 (cinco) dias úteis a **CONTRATADA** regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

- a. O prazo deste parágrafo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**;
- b. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- c. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada a **CONTRATADA** a ampla defesa;
- d. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF;
- e. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade **CONTRATANTE**, não será rescindido o contrato em execução com a **CONTRATADA**.

**Parágrafo Sétimo.** Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se o disposto no art. 1º - F da Lei n.º 9.494, de 10 de setembro de 1997 e em atenção ao disposto no § 4º da IN n.º 02, SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo Oitavo.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**Parágrafo Nono.** Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na alínea d, do inciso II, art. 65, da Lei n.º 8.666/93.



**Parágrafo Décimo.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA** importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, a cargo do **CONTRATANTE**, conforme a seguir:

Programa: 065938

Fonte: 0180570001

Natureza da Despesa: 339039

Nota de Empenho nº 2016NE800581, de 07/11/2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma deste Contrato.

**Parágrafo único.** Em caso de fusão, cisão, incorporação ou alteração do contrato social, a **CONTRATADA** deverá imediatamente informar ao **CONTRATANTE** e apresentar a documentação pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Este Contrato terá vigência de 02/01/2017 até 31/12/2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério do MTE, sejam necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

**Parágrafo único.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ressalvados os casos de supressões estabelecidas mediante acordo entre as partes, conforme previsto no inciso II do § 2º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

O não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições pactuadas neste Instrumento ou a sua inexecução, por parte da **CONTRATADA**, implicará para o **CONTRATANTE** a



faculdade de rescindir o contrato unilateralmente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, de acordo com o inciso I, do art. 79 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

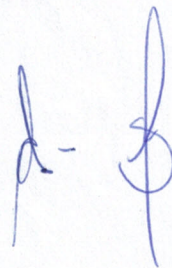
**Parágrafo Único.** O não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições pactuadas neste Instrumento ou a sua inexecução por parte do **CONTRATANTE**, implicará para o **CONTRATADO** a faculdade de se utilizar dos termos dos artigos 78 a 80, da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa de mora no percentual de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor mensal do contrato, contada da data da ocorrência da falta, observado o limite de 30 (trinta) dias-multas;
- III. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, no caso de sua inexecução total, parcial ou inadequada do objeto contratado, limitados a 30 (trinta) dias-multas. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, terá ensejo a rescisão contratual, que não excluirá a multa prevista nesse inciso.
- IV. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, após decorridos 30 (trinta) dias sem que a **CONTRATADA** tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, ensejando a sua rescisão;
- V. Suspensão temporária de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**Parágrafo primeiro.** A critério do **CONTRATANTE**, as sanções previstas nos incisos "I", "V" e "VI" desta Cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nos incisos "II" a "IV", facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.





**Parágrafo segundo.** As multas devidas e/ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE**, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**Parágrafo terceiro.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**, e no caso de suspensão de licitar, a **CONTRATADA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

**Parágrafo quarto.** Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**Parágrafo quinto.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.

**Parágrafo sexto.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo sétimo.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação pelo **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUSTENTABILIDADE**

Para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, a **CONTRATADA** deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATADA** deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

**Parágrafo segundo.** Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão:

- a) Utilizar o combustível renovável biodiesel, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.
- b) Atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.
- c) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.



## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o art. 45 da Lei n.º 9.784, de 1999, o **CONTRATANTE** poderá, sem a prévia manifestação da **CONTRATADA**, motivadamente, adotar providências acauteladoras.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos relacionados a este Contrato regular-se-ão pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, na forma dos arts. 54 e 55, inciso XII, da Lei n.º 8.666, de 1993, bem como a legislação indicada no preâmbulo do presente Contrato.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, nos prazos estabelecidos pelo § único do art. 61 da lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica estabelecido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se este Contrato em três vias, que são assinadas pelas partes.

Brasília – DF, 15 de dezembro de 2016.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**CRISTIANO DE ARAÚJO SILVA**  
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e  
Administração

**LINDOMAR SELAU CARLOS**  
Sócio

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Amanda do Nascimento  
CPF: 013.270.011-52  
CI: 2.270.013 SSP/DF.

Nome: Rejane Arcanjo da E. Almeida  
CPF: 691.528.451-68  
CI: 1610069 - SSP/DF



**Anexo I – Contrato nº 31/2016****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Eu Lindomar Selau Carlos, portador do RG nº 1057810069, CPF nº 565.183.820-15, residente e domiciliado à SCI Quadra 08 Conjunto 08, Lote 13, na cidade de Brasília/DF, CEP 71.250-710, assumo o compromisso de manter a confidencialidade de toda documentação, informação e dados a que tenho acesso em razão de minha prestação de serviços objeto de contrato com o Ministério do Trabalho, inclusive após o término do contrato. Comprometo-me a guardar sigilo absoluto, e não divulgar, revelar, ou reproduzir, por quaisquer meios, documentações, informações e dados pertencentes ao Ministério do Trabalho. Estou ciente que o descumprimento deste termo acarretará responsabilização civil e criminal.

Brasília, 15 de dezembro de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
**LINDOMAR SELAU CARLOS**





**Ministério do Trabalho**  
**Secretaria-Executiva**  
**Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração**  
**Coordenação-Geral de Recursos Logísticos**  
**Coordenação de Contratos e Serviços Gerais**  
**Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Anexo, Ala "B", 4.º Andar, Sala 470**  
**(61) 2031-6210**

Ofício n.º **62**/2017/CCSG/CGRL/SPOA/SE/MTE

Brasília, **30** de março de 2017.

Ao Senhor

**LINDOMAR SELAU CARLOS**

Representante da Empresa **MARCA SUL MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA**

SCIA Quadra 08, Conj. 08, Lote 13

Guará - DF,

CEP: 71.250-710

Assunto: **Acréscimo ao Contrato n.º 31/2016.**

Senhor Representante,

1. Vimos, por meio deste, comunicá-lo que está em processamento o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato n.º 31/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário, local e interestadual, de cargas, mobiliário em geral, bagagens e bens pessoais de servidores, bem como bens de propriedade ou interesse do Ministério do Trabalho.
2. Segundo a fiscalização acordo, o acréscimo justifica-se, pois, nas "inerentes mudanças dos servidores desta Pasta, de Brasília para seus estados de origem e de servidores de outros estados, para Brasília, houve considerável aumento da demanda nos pedidos de mudanças, serviços que não estavam previstos no contrato em vigor".
3. O valor do Contrato será acrescido em R\$ 19.789,50 (dezenove mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), passando ao valor total de R\$ 98.927,50 (noventa e oito mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).
4. Portanto, tendo em vista o explanado acima, assim que o procedimento de acréscimo for concluído, convocaremos essa empresa para assinatura do respectivo Termo



Aditivo, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93<sup>1</sup>, bem como da Cláusula Décima Terceira do instrumento contratual.

Atenciosamente,

  
**CÉLIA MARIA DA SILVA**

Coordenadora de Contratos e Serviços Gerais

Ofício nº 08/2016/CCSG/CGO/SEMT

Brasília, 30 de março de 2016

Assunto: Acréscimo ao Contrato nº 31/2016.  
CEP: 71.250-710  
Quarta - DF  
SCIA Quadra 08, Conj. 08, Lote 12  
Representante da Empresa MARCA SUL MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA  
LINDOMAR SELAU CARLOS  
Ao Senhor

Senhor Representante,

1. Vimos, por meio deste, comunicá-lo que está em processamento o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato nº 31/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário, local e interestadual, de cargas, mobiliário em geral, pagantes e bens pessoais de servidores, bem como bens de propriedade ou interesse do Ministério do Trabalho.

2. Segundo a fiscalização acordo, o acréscimo justifica-se, pois, nas "necessidades das mudanças dos servidores desta Pasta, de Brasília para seus estados de origem e de servidores de outros estados, para Brasília, houve considerável aumento da demanda nos pedidos de mudanças, serviços que não estavam previstos no contrato em vigor".

3. O valor do Contrato será acrescido em R\$ 19.789,50 (dezenove mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), passando ao valor total de R\$ 98.927,50 (noventa e oito mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 65

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.





**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS**  
**COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS GERAIS**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Edifício Anexo, Ala "B", Sala 470, em Brasília/DF, CEP 70.056-900, Fone:  
(61) 2031-6210

Ofício n.º **95**/2017/CCSG/CGRL/SPOA/SE/MTb

Brasília, **09** de maio de 2017.

Ao Senhor

**LINDOMAR SELAU CARLOS**

Representante da Empresa **MARCA SUL MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA**

SCIA Quadra 08, Conj. 08, Lote 13,

Guará - DF,

CEP: 71.250-710

Assunto: **Encaminhamento da via do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 31/2016.**

Senhor Representante,

Encaminhamos a via do 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2016, celebrado entre este Ministério do Trabalho e essa empresa, cujo objeto é, em suma, o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total do acordo. Encaminhamos ainda a cópia do extrato de publicação no D.O.U. Seção III, pág. 92, de 03/05/2017.

Atenciosamente,

**CÉLIA MARIA DA SILVA**

Coordenadora de Contratos e Serviços Gerais









**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

<b>Publicado no DOU</b>	
<b>Data</b>	03 / 05 / 2017
<b>Página</b>	92
<b>Seção</b>	3

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO** ao  
**CONTRATO Nº 31/2016**, celebrado entre o  
**MINISTÉRIO DO TRABALHO** e a empresa  
**MARCA SUL MUDANÇAS E**  
**TRANSPORTES LTDA** para a prestação de  
serviços de transporte rodoviário, local e  
interestadual.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**, com sede no Bloco "F", da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, CEP 70056-900, CNPJ n.º 23.612.685/0006-37, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, **CRISTIANO DE ARAÚJO SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 251.101.648-60, portador da Cédula de Identidade n.º 0764054007, expedida pela SSP/BA, residente e domiciliado em Brasília/DF, consoante competência que lhe foi delegada pela Portaria SE n.º 236, de 29 de maio de 2015, publicada no D.O.U. de 01/06/2015, subsequente, e a empresa **MARCA SUL MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA-ME**, CNPJ n.º 03.126.110/0001-92, com sede na SCIA Quadra 08, Conjunto 08, Lote 13, Guará, CEP 71.250-710, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu representante **LINDOMAR SELAU CARLOS**, brasileiro, Identidade n.º 1057810069 SSP/RS, CPF n.º 565.183.820-15, domiciliado em Brasília/DF, **RESOLVEM** celebrar este Termo Aditivo na conformidade dos elementos constantes do Processo n.º 46175.000066/2016-74, mediante as cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este Termo Aditivo tem por objeto acrescer 25% (vinte e cinco por cento) ao valor do Contrato n.º 31/2016, a partir da data da assinatura deste Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

O valor total contratual passará a ser de R\$ 98.947,50 (noventa e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO ADITAMENTO**

O valor ora aditado é de R\$ 19.789,50 (dezenove mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).



CLÁUSULA QUARTA - DA Dotação Orçamentária

As despesas com a execução deste Contrato deverão ser creditadas em dotação orçamentária específica no Orçamento Geral da União para o exercício de 2017, a cargo do CONTRATANTE, conforme a seguir:

Programa: 1112321370000001  
Conta: 0180570001  
Natureza da Despesa: 339999  
Nota de Empenho nº 2017NE000003, de 19/01/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste termo aditivo, por extenso, no Diário Oficial da União, nos prazos estabelecidos pelo § único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições fixadas no Contrato ora editado.  
E, para firmar a validade do que foi pactuado, lavrou-se este Termo Aditivo em três vias, que são assinadas pelas partes.

Brasil - DF, 28 de abril de 2017.

CONTRATADA

WILSON R. SELLAU CARLOS  
Representante

CONTRATANTE

CRISTIANO DE ALBUQUERQUE SILVA  
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e  
Administração





User Value Unit e do software IBM Content Manager OnDemand Eligible Participant Resource Value Unit.

**FINALIDADES DO ADITIVO:** (i) prorrogar o prazo de vigência do Contrato OCS nº 196/2015 pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 19/05/2017; (ii) renovar a garantia contratual prestada, de modo a cobrir o novo período de vigência; e (iii) alterar as Cláusulas Décima Primeira ("OBRIGAÇÕES DO BNDES"), Décima Quinta ("RESCISÃO"), bem como incluir a Cláusula Décima Sétima ("DA CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES"), em virtude de novos normativos vigentes no âmbito do Sistema BNDES, renumerando a Cláusula ("FORO") para Décima Oitava. **VALOR ORIGINAL DO CONTRATO:** até R\$ 590.102,00. **VALOR ATUAL DO CONTRATO:** até R\$ 224.471,04. **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. **RUBRICA ORÇAMENTARIA:** nº 3101700021. **DATA DA ASSINATURA:** 25/04/2017

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**  
**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2017 UASG 114637**

Nº Processo: 03605000374201761.

**INEXIGIBILIDADE Nº 15/2017.** Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 05703933000169. Contratado: FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS - Objeto: Contratação de serviço de locação de um espaço para montagem de estande e exposição de 80 anos do IBGE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para o período de 24/04/17 à 28/04/17 no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável - IVEMDS, no Estádio Mané Garrincha/SPRN - Asa Norte - DF/Brasília. Fundamento Legal: Artigo 25 Caput, IN SLTI/MPOGNº 02/2008 e suas alterações. Vigência: 24/04/2017 a 20/05/2017. Valor Total: R\$168.000,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800531. Data de Assinatura: 24/04/2017.

(SICON - 02/05/2017) 114629-11301-2017NE800001

**UNIDADE ESTADUAL NO DISTRITO FEDERAL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 UASG 114629**

Número do Contrato: 2/2014.

Nº Processo: 03653000182201436. **DISPENSA Nº 3/2014.** Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATÍSTICA IBGE. CPF Contratado: 89879074149. Contratado: DENISE DE ARAUJO VENANCIO - Objeto: Prorrogação da vigência contratual através do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel destinado a sediar a Agência do IBGE em Taguatinga, no período de 01/04/2017 a 31/03/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/04/2017 a 31/03/2018. Valor Total: R\$28.900,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800168. Data de Assinatura: 01/04/2017.

(SICON - 02/05/2017) 114629-11301-2017NE800008

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**

**RESULTADO DE JULGAMENTO**  
**CHAMADA PÚBLICA IPEA/PNPD Nº 21/2017**

O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, torna público o resultado final com os candidatos selecionados para concessão de bolsa pesquisa com prazo previsto de 12 (doze) meses, conforme item 6 do Regulamento da Chamada Pública IPEA/PNPD Nº Chamada Pública nº021/2017 - Projeto: "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Acompanhamento e Análise dos Indicadores e das Ações Governamentais", no âmbito do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional - PNPD do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento - PROMOB. A implementação da bolsa ficará condicionada à aceitação dos candidatos e apresentação dos documentos necessários.

Nome do candidato	Modalidade de Bolsa/Colocação
Anna Maria Tibúrcio Medeiros Peliano	Pesquisador de Campo II - 1º Lugar
Alexandre Cosme José Jeronymo	Pesquisador de Campo II - 2º Lugar

\*Caso haja desistência do 1º colocado poderá ser convocado o 2º colocado.

LENITA MARIA TURCHI  
Diretora

**DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Terceiro Termo Aditivo Ao Programa Executivo do Acordo Entre A Organização das Nações Unidas e A República Federativa do Brasil Para O Funcionamento No Brasil do Escritório da Comissão Econômica Para A América Latina e O Caribe, de 27 de Julho de 1984, Para Implementar Ações DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Programa Executivo do Acordo entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, República Federativa do Brasil e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL - PROCESSO: 03019.000556/2011-56 - PARTICÍPES: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, CNPJ nº 33.892.175/0001-00, e a República Federativa do Brasil - ABC, CNPJ nº 00.3943536/0065-01/, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL, CNPJ nº 03.655.290/0001-08. - OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Programa Executivo ora aditado até o dia 30 de abril de 2017. - ASSINATURA: 30/11/2016 - SIGNATÁRIOS: Pelo IPEA, Ernesto Lozardo, Presidente, CPF nº 232.398.838-72, e Pela República Federativa do Brasil, João Almino de Souza Filho, Diretor da ABC, CPF nº 020.396.303-25 e Carlos Mussi, Diretor da CEPAL Escritório no Brasil.

**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA**

**EXTRATOS DE DOAÇÃO**

PROCESSO: 05310.200473/2015-10

**OUTORGANTE DOADOR:** União Federal  
**OUTORGANTE DONATÁRIO:** O Município de Porto Velho/RO  
**OBJETO:** Área denominada Bairro Arigolândia, situado no Município de Porto Velho/RO, destinado a Regularização Fundiária das Famílias residentes na área, matriculado no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Comarca de Porto Velho/RO, sob o número 1060, ficam excluídos da doação 31 (trinta e um) lotes, perfazendo uma área de 36.184,19m², que estão encravadas dentro do polígono de 233.081,47m², referente ao Bairro Arigolândia passando o imóvel doado a ter uma área de 196.897,28m² (Cento e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e sete mil metros quadrados e vinte e oito centésimos). **FUNDAMENTO LEGAL:** Portaria SPU nº 30 de vinte e um de março do ano de dois mil e dezesseis, publicada no DOU nº 57, Seção 1, página 76 de vinte quatro de março de dois mil e dezesseis, é feita com Encargo do imóvel descrito na Cláusula Primeira do Contrato de Doação e nos termos dos artigos 29 e 30 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, combinado com o Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010 e Portaria 40, de 18 de março de 2009. **ENCARGO:** O imóvel destina-se a Regularizar as ocupações nas áreas urbanas e urbanizações específicas e a indenizar as benfeitorias de boa fé erigidas nas áreas insusceíveis de regularização, observados ainda os requisitos contidos na Cláusula Terceira do Contrato de Doação. **LAVRATURA DO TERMO:** Em 03/04/2017, às folhas 71 à 76, do Livro nº 003, da SPU/RO

PROCESSO: 05310.200428/2015-65

**OUTORGANTE DOADOR:** União Federal  
**OUTORGANTE DONATÁRIO:** O Município de Porto Velho/RO  
**OBJETO:** Área denominada Bairro Pedrinhas, situado no Município de Porto Velho/RO, destinado a Regularização Fundiária das Famílias residentes na área, denominado Bairro Pedrinhas, matriculado no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Comarca de Porto Velho/RO, sob o número 1060, com área de 92.082,38m² (Noventa e dois mil, oitenta e dois metros quadrados e trinta e oito centímetros, ficando excluídas da doação 19 (dezenove) lotes perfazendo uma área de 7.929,80m² que estão encravadas dentro do polígono de 100.012,18m². **FUNDAMENTO LEGAL:** Portaria SPU nº 44 de trinta e um de março de dois mil e dezesseis, publicada no DOU nº 63, Seção 1, página 117 de dezesseis de março de dois mil e dezesseis, é feita com Encargo do imóvel descrito na Cláusula Primeira do Contrato de Doação e nos termos dos artigos 29 e 30 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, combinado com o Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010 e Portaria 40, de 18 de março de 2009. **ENCARGO:** O imóvel destina-se a Regularizar as ocupações nas áreas urbanas e urbanizações específicas e a indenizar as benfeitorias de boa fé erigidas nas áreas insusceíveis de regularização, observados ainda os requisitos contidos na Cláusula Terceira do Contrato de Doação. **LAVRATURA DO TERMO:** Em 03/04/2017, às folhas 82 à 85, do Livro nº 003, da SPU/RO

**Ministério do Trabalho**

**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 380918**

Número do Contrato: 31/2016.  
Nº Processo: 461750006201674.  
**PREGÃO SISPP Nº 23/2016.** Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO - CNPJ Contratado: 03126110000192. Contratado: MARCA SUL MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA - EPP. Objeto: Acrescer 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total do Contrato. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 28/04/2017 a 31/12/2017. Valor Total: R\$19.789,50. Fonte: 180570001 - 2017NE800023. Data de Assinatura: 28/04/2017.

(SICON - 02/05/2017) 380918-00001-2017NE800001

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2017 UASG 380918**

Número do Contrato: 6/2017.  
Nº Processo: 46175000157201286.  
**INEXIGIBILIDADE Nº 1/2017.** Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO - CNPJ Contratado: 05734665000142. Contratado: VELTI TECNOLOGIA EM SISTEMAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME. Objeto: Alterar o CNPJ do Ministério do Trabalho, bem como reequilibrar o valor do contrato, com efeitos retroativos a 01/05/2014. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e Lei 10520/2002. Data de Assinatura: 27/04/2017.

(SICON - 02/05/2017) 380918-00001-2017NE800001

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2017 - UASG 380918**

Número do Contrato: 17/2013.  
Nº Processo: 46175000157201286.  
**PREGÃO SISPP Nº 1/2013.** Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTE. CNPJ Contratado: 03497401000197. Contratado: BRASPORT EMPRESA DE SEGURANCA LTDA. Objeto: Alterar o CNPJ do Ministério do Trabalho, bem como reequilibrar o valor do contrato, com efeitos retroativos 01/05/2014. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e Lei 10520/2002. Data de Assinatura: 27/04/2017.

(SICON - 02/05/2017) 380918-00001-2017NE800001

**SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 811902/2014. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - Unidade Gestora: 380001. Gestão: 00001. Conveniente: CENTRO DE ACESSORIA MULTIPROFISSIONAL, CNPJ nº 89.270.656/0001-38. Solicitação de Aditamento do Prazo de Execução do Convênio Siconv nº 811902/2014 - Economia Solidária e População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre por 6 meses, ficando, assim, seu novo prazo de encerramento em 11 de novembro de 2017. Valor Total: R\$ 1.500.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 15.000,00. Vigência: 03/11/2014 a 11/11/2017. Data de Assinatura: 17/04/2017. Signatários: Concedente: NATALINO OLDAKOSKI, CPF nº 567.749.159-49. Conveniente: CARLOS ROBERTO WINCKLER, CPF nº 285.357.900-04.

(SICONV(PORTAL) - 02/05/2017)

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE**  
**SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO Nº 3/2017 - UASG 400060**

Nº Processo: 46200000103201771. Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de material permanente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00013. Edital: 05/05/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Marechal Deodoro Nº 257 - Centro Centro - RIO BRANCO AC ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/400060-05-3-2017](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/400060-05-3-2017). Entrega das Propostas: a partir de 05/05/2017 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 17/05/2017 às 11h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

WALMIR ALVES DE SENA  
Chefe

(SIDEI - 02/05/2017) 380918-00001-2017NE800001

**RESULTADO DE JULGAMENTO**  
**PREGÃO Nº 4/2017**

O pregoeiro oficial da SRTE/AC torna público o resultado do certame licitatório nº 04/2017: Grupo 1 empresa Vencedora - Sal-danha e Freitas LTDA - ME, CNPJ 18.105.606/0001-57. Valor Global R\$ 28.330,00. Grupo 2, empresa Vencedora - Brandão & Silva LTDA - ME, CNPJ 10.664.637/0001-36, Valor Global R\$ 13.779,62.

SENDER SIL MELO SATURNILHO

(SIDEI - 02/05/2017)



